

# Créditos prorrogados até janeiro

por Paulo Sotero  
de Washington

(Continuação da 1ª página)

substantialmente maior do que o das renovações anteriores, feitas por noventa dias, dá um tempo importante para o Brasil fazer seu programa de ajustamento, conversar, sem pressão, com o FMI. Ao assegurar as linhas de curto prazo, a prorrogação traz, também, tranquilidade nas contas externas. "O balanço de pagamentos está numa posição muito boa, mas é importante evitar turbulências nas linhas de curto prazo", afirmou Lemgruber.

Para o presidente do BC, a prorrogação concedida é também uma "demonstra-

ção de inteligência por parte dos bancos, que reconheceram a complexidade dos problemas do novo governo e a necessidade de dar mais tempo ao Brasil".

A limitação da extensão da cláusula de reemprestímo apenas ao setor privado é, de acordo com Lemgruber, outro ponto para o Brasil na negociação da renovação da dívida. "Isso inibe o gasto público e facilita a execução da política monetária. Nós achamos que foi um resultado excelente, pois conseguimos uma extensão apreciável sem ter feito grandes concessões."

## EFEITO

O efeito imediato mais provável da extensão do reemprestímo, na forma

como foi acertada, será apressar o repasse da maior parcela dos depósitos da fase II ainda parados no Banco Central para o setor público. Os depósitos que permanecerem no BC, depois de 30 de setembro, e não forem repassados para o setor privado, não se transformarão automaticamente num novo empréstimo por nove anos (segundo os termos da fase II), mas serão possivelmente alocados a um programa semelhante ao Prorex. O Prorex foi concebido para lidar com "a sobra" da fase I e, na verdade, até hoje não foi operacionalizado. Na realidade, portanto, o dinheiro fica sob o controle do governo.

A prorrogação não agra-

dou a todos os credores. Mesmo entre os grandes já há uma corrente convencida de que, para o Brasil, já passou a hora de se aplicar o esquema da renegociação plurianual da dívida. Os bancos têm motivos para estar insatisfeitos. Este não era o cenário que eles haviam traçado. Não podem, contudo, reclamar nem pressionar o Brasil, porque estão recebendo seus juros em dia. Para o governo Sarney, a prorrogação marca, dentro das circunstâncias do quadro político em que ele se movimenta, um tento importante: na prática, a dívida de 1985 acabou sendo renegociada, sem que o País tenha chegado a um acordo com o FMI.

22 AGO 1985

# Créditos dívida ext prorrogados até janeiro

por Paulo Sotero  
de Washington

O governo brasileiro obteve uma prorrogação de 140 dias — até 17 de janeiro do ano que vem — das linhas de crédito comerciais e interbancárias, num total de US\$ 16 bilhões, bem como das medidas interinhas que regem os vencimentos de amortização do principal da dívida.

O acordo de prorrogação em vigor, feito em maio, expira no fim deste mês. As medidas interinhas renovadas consistem na aplicação dos termos acertados na chamada fase 2 (a renegociação da dívida feita em 1984) aos pagamentos que vencerem até a assinatura de um novo acordo de reescalonamento.

O acordo de renovação da dívida foi alcançado tarde da noite, na última terça-feira, após uma reunião de mais de doze horas, na sede do Citibank, em Nova York, entre o presidente do Banco Central (BC), Antônio Carlos Lem-

gruber, e os representantes dos catorze bancos que integram o comitê de bancos credores da dívida brasileira.

Ficou também acertado que o governo brasileiro estenderá até março a cláusula de reemprestimo, que, sob os termos da fase 2, permite aos credores repassar a novos tomadores os empréstimos vencidos, que ficam depositados no BC. De acordo com Lemgruber, esta concessão brasileira aos credores tem um alcance reduzido, pois ela é limitada aos repasses de empréstimos ao setor privado.

O prazo fatal para o reemprestimo, que era originalmente até 30 de junho, foi esticado para 30 de setembro, por exigência dos credores, nas negociações da renovação da dívida por noventa dias, concluída em maio passado. Segundo seu presidente, o BC tem neste momento cerca de US\$ 3 bilhões de compromissos vencidos da fase 2 depositados em seus cofres. "De-

pois de 30 de setembro, a parte desse dinheiro que ainda estiver em poder do BC só poderá ser reemprestada ao setor privado", esclareceu Lemgruber.

De acordo com o comunicado divulgado na manhã de ontem pelo comitê, a solicitação brasileira foi apoiada pelo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, que enviou um telex nesse sentido aos banqueiros. A mensagem de Larosière, a ser incluída no telex-circular que o comitê expedirá aos setecentos bancos credores do País pedindo adesão à prorrogação, informa que o governo brasileiro enviará uma missão a Washington no início de setembro para "rever as políticas econômicas e os resultados de 1985 e começar as discussões sobre 1986".

A viagem da missão, informou o diretor do FMI, ficou acertada em seu encontro com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, segunda-feira passada, em Paris. Ao apoiar o pedido brasileiro de prorrogação da dívida, Larosière disse aos credores que continua a ser do interesse da comunidade financeira internacional cooperar com o processo de ajustamento da economia brasileira.

A prorrogação de 140 dias é 40 dias mais curta do que o governo brasileiro solicitou. A diferença, disseram fontes financeiras a este jornal, deve-se à incongruência entre a informação prestada no início da semana pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, segundo a qual o Brasil e o Fundo tentarão chegar a um acordo em outubro, e os 180 dias de prorrogação pedidos. "Se o Brasil terá acordo com o Fundo em outubro, não há por que estender a dívida para fim de fevereiro", disse um banqueiro.

Para o governo brasileiro, os 40 dias que deixaram de ser concedidos não fazem maior diferença. Como disse uma fonte oficial, "nós teríamos concordado também com 135 dias. O objetivo principal era pular para o ano que vem, e isso foi alcançado". Da perspectiva do governo, o novo prazo, que é